Sumário Executivo

Estudo de Impacto e Viabilidade do programa de avaliação da conformidade para fontes de computador

O Estudo de Impacto e Viabilidade do programa de avaliação da conformidade para fontes de computador compõe a nota técnica Dqual/Dipac/065/2010. Este sumário executivo visa resumir o que foi abordado no estudo, refletindo sobre a pertinência de se desenvolver ou não um programa de avaliação da conformidade.

A solicitação da implantação de um Programa de Avaliação da Conformidade para fontes de computador foi apresentada pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - MME, mediante ofício nº 165/2009/SPE/MME, de 16 de outubro de 2009. Segundo o MME, o aumento da eficiência energética de um computador é conseguido, principalmente, em sua fonte de alimentação. O MME afirma que, devido à falta de regulamentação deste produto no Brasil, comercializam-se no país fontes de baixa qualidade ditas “genéricas”, com fator de potência típico da ordem de 0,5 e eficiência energética de apenas 50%. Isto pode ocasionar problemas como: superaquecimento (aumentando ainda mais o consumo de energia, gerando prejuízo econômico para o consumidor e para a matriz elétrica brasileira, além dos impactos ambientais decorrentes do mau uso da energia gerada e distribuída), oscilação de corrente (provocando danos aos demais componentes do computador) e, por fim, o risco de incêndio.

Em pesquisa realizada junto ao Comitê Brasileiro de Eletricidade, ABNT/CB-03, constatou-se que não existe norma brasileira específica para fontes de computador. A principal norma internacional aplicável ao produto é a IEC 60950-1, a qual tem como foco a segurança e é aplicada a todos os equipamentos de informática. Para os ensaios de eficiência energética, pode-se basear no programa de certificação voluntária, chamado 80 PLUS, surgido em 2004, que faz parte do programa *Energy Star*, sendo atualmente adotado por diversos países, incluindo a União Européia, Japão, EUA, dentre outros. Segundo essa certificação, as fontes de computador devem ser capazes de apresentar uma eficiência de pelo menos 80%, o que se difere bastante das fontes comercializadas no Brasil, de acordo com o MME.

Para se avaliar o impacto da implantação do Programa de Avaliação da Conformidade, consideramos apenas duas alternativas: não regulamentar ou regulamentar, incluindo os requisitos de segurança e de eficiência energética para etiquetagem, nos moldes do Programa Brasileiro de Etiquetagem.

Para a realização da análise supracitada, estimamos dois custos econômicos: os custos administrativos do Inmetro, incorridos durante o processo de desenvolvimento e implementação do PAC e os custos dos ensaios laboratoriais, incorridos pelos fabricantes por exigência do Programa (custos de *compliance*); e um benefício econômico: a economia de energia gerada pelo programa. No que diz respeito à análise benefício-custo, encontramos como resultado, um valor presente para os benefícios de R\$ 115.440.960,00 e para os custos de R\$ 12.523.123,00. Sobre os impactos

ambientais, o aspecto mais relevante é o benefício da eficiência energética, que possibilita diminuir a demanda por energia elétrica, poupando recursos naturais e redução da poluição e a degradação ambiental. Cabe ainda destacar, que os impactos positivos econômicos não mensuráveis e os sociais têm maior proeminência do que os negativos.

Portanto, dadas a constatação dos problemas de segurança e de eficiência energética nas fontes de computador comercializadas no Brasil, a viabilidade técnica para a implantação do programa e a análise de benefício-custo, na qual os benefícios superam os custos, o Inmetro decidiu-se pela implantação do Programa de Avaliação da Conformidade, com foco em segurança elétrica e eficiência energética.